

CADA VEZ MAIS PRESENTES: HISTÓRIAS INDÍGENAS E NOVOS CAMINHOS

 João Paulo Peixoto Costa^{1,2}

TRINIDAD, Carlos Benítez. CÓRDOBA, Lorena (org.). Entre miradas y silencios: metodologías de investigación en la historia indígena contemporánea. Logronho: Genuve Ediciones, 2024.

Já vão mais de 20 anos que John Monteiro concluiu *Tupis, tapuias e historiadores*, sua tese de livre-docência na Unicamp e um de seus trabalhos mais robustos. Trata-se de uma reunião de textos com

1 Instituto Federal do Piauí, campus Floriano, Piauí. Profhistória, Universidade Estadual do Piauí, Parnaíba-PI. PPG Interdisciplinar em Sociedade e Cultura, Teresina- Piauí. Universidade Federal do Piauí, Teresina- Piauí.

2 Professor do Instituto Federal do Piauí, campus Floriano, do Programa de Pós-graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí, do Mestrado Profissional em Ensino de História, PROFHISTÓRIA, da Universidade Estadual do Piauí em Parnaíba e do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Sociedade e Cultura da Universidade Estadual do Piauí em Teresina. Coordenador do curso de Licenciatura Intercultural Indígena do IFPI. Doutor em História Social pela Universidade Estadual de Campinas, com tese ganhadora em 2019 do Prêmio "3x22 de teses e dissertações: Bicentenário da Independência", da Biblioteca Brasileira. Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí e graduado em História pela Universidade Federal do Ceará. Coordena o blog "Indígenas na História: sempre obrigados ao trabalho" (Universal-CNPq/ANPUH/ Almanack). Compõe a coordenação do Projeto VIP - Vilas Indígenas Pombalinas. É membro da Sociedade de Estudos do Brasil Oitocentista (SEBO) da Universidade Federal do Ceará e membro do conselho científico da Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos (SEO). Pesquisa a atuação de vereadores e juizes indígenas nas câmaras municipais de vilas de índios no Ceará durante a independência do Brasil. Agradecimentos a Carlos Benítez Trinidad, pela parceria e confiança. E-mail: joao.peixoto@ifpi.edu.br

temáticas diferentes, que impressiona pela variedade daquilo que o mestre conhecia com profundidade, mas também pela demonstração do que o campo da História Indígena poderia oferecer em possibilidades de investigação. No entanto, Monteiro percebia que ainda era pouco o interesse da historiografia na ação desses povos no passado, mesmo com a renovação que, desde dos anos 1980, fez com que a História como disciplina passasse a priorizar outros grupos subalternizados – tais como negros, escravizados, mulheres e pobres em geral³. Hoje, 30 anos depois da publicação de *Negros da Terra* (sua tese de doutorado, por meio da qual escancarou o papel fundamental dos indígenas no início da colonização de São Paulo), ainda nos referimos a este campo historiográfico por ele inaugurado no Brasil de *Nova História Indígena*.

De fato, é *novo* em comparação ao que até os anos 1990 se fazia, quando dificilmente se pensava nos indígenas a partir de suas agências e na condição de protagonistas, nem de suas próprias histórias, e muito menos da do Brasil. Mas o termo continua a se fazer necessário também porque ainda é novidade para muita gente que faz História Militar, História Política, História Econômica ou História dos Mundos do Trabalho. Com reduzidas e gratas exceções, conhece-se pouco da produção pujante sobre a história dos povos indígenas no Brasil que vem sendo escrita nesses mais de 30 anos. Por consequência, sabe-se pouco não apenas sobre eles *na* história, mas também sobre um instrumental teórico e metodológico adequado para se tratar do tema. Com isso, não trago a expectativa de que todos se transformem em especialistas em História Indígena, mas que tanto os livros didáticos quanto as pesquisas acadêmicas considerem os indígenas como pessoas que *existiam* em cada contexto que se estuda. É o mínimo que se pode esperar.

Os silêncios sobre os povos indígenas na memória pública e na história do Brasil se tornam cada vez mais gritantes à medida em que a visibilidade do movimento indígena contemporâneo traz para si holofotes de repercussão internacional e projeções políticas impressionantes.⁴ É por

3 Monteiro, 2001, p. 4-7

4 Como, por exemplo, a revolta indígena no Pará que ocorre no momento em que escrevo esta resenha, contra medidas orquestradas pelo governo do Estado que precarizam a educação especial

isso que, desde o título, o livro *Entre miradas y silencios: metodologias de investigación em la historia indígena contemporanea* é tão oportuno. O conjunto das pessoas que o compõem trazem em si uma característica importante da obra de John Monteiro e que foi imprescindível para que o campo de pesquisas que ele inaugurou pudesse existir: o diálogo promissor entre as historiografias do Brasil e as da América Latina.

A parceria dos organizadores Lorena Córdoba e Carlos Benítez Trinidad também representa a aliança entre História e Antropologia, fundamental para este campo historiográfico latino-americano e brasileiro. Em torno de si, reuniram autores/as brasileiros/as e *hispanohablantes* com pesquisas recentes e densas em termos de técnicas arquivísticas e reflexões teóricas. Não apenas questionam os velhos *silêncios* sobre o tema – o que ainda se faz pertinente –, mas vislumbram inúmeros *olhares* sobre os indígenas e suas ações no tempo.

O recorte proposto da *história contemporânea* não impediu que alguns textos fizessem incursões no período colonial e, principalmente, no século XIX. Longe de parecerem incongruentes, foram, na verdade, reflexões importantes para pensarmos uma construção historiográfica sobre os indígenas que priorizou a colonização e o Oitocentos, como se percebe, inclusive, nos livros didáticos de História. Para os organizadores, o fenômeno, que ocorre em toda a historiografia latino-americana, tem a ver tanto com um diálogo interdisciplinar que ainda carece de consolidação, quanto com a formação dos estados-nação que elencaram as sociedades indígenas como antagonistas da nacionalidade⁵.

Esse histórico se reflete na antiga justificativa da “falta de fontes” como um suposto desafio para as pesquisas, ainda que, muitas vezes, tal “constatação” preceda a própria investigação. De toda forma, é preciso avançar no debate sobre caminhos e alternativas empíricas, como, por exemplo, o que há de escrita indígena em contextos mais antigos, a representação dos indígenas pelo olhar e letras dos outros (geralmente, o

nas comunidades.

5 Trinidad, Córdoba, 2024, p. 11

colonizador) e a importância dos testemunhos orais dessas populações⁶. Daí a pertinência certa do livro, que reúne experiências de pesquisa sólidas e que compartilham reflexões metodológicas arrojadas para quem se interessa por uma escrita da história em que os povos indígenas não estejam limitados pelos lugares da idealização e da vitimização⁷, já denunciados por John Monteiro⁸.

Dividido em três blocos de artigos, os dois primeiros contêm uma pegada mais conceitual, tanto a respeito de estudos etnográficos concretos quanto acerca de discussões teóricas sobre o próprio fazer da história indígena contemporânea. Em *La otra voz de los nativos*, Isabelle Combès analisa memória, esquecimento e oralidade entre os Guaraní e os Chané que leem estudos históricos na Bolívia. Muito do que sabem e transmitem vem de leituras e estudos acadêmicos, o que não corresponde a um desinteresse acerca de si e de seu passado: ao contrário, o letramento e o consumo por parte dos indígenas (muitas vezes, acadêmicos) aponta para um circuito muito próprio de articulação e reinvenção das próprias memórias, tradições e identidades. Trata-se de um fenômeno, como afirma a autora, de “indígenas como historiadores” *filhos* de “historiadores dos indígenas”⁹.

O conceito de *fronteira* também é crucial para a compreensão da fluidez e historicidade das etnicidades indígenas, e é tematizado no artigo *Procesos migratorios y identidades en fronteras sudamericanas: pueblos indígenas entre Brasil-Bolivia-Paraguay y Brasil-Francia (Guyana)*, de Giovani José da Silva. Autor destaca a ambiguidade das distintas conformações jurídicas dos países, que impactam diretamente as condições dos indígenas enquanto cidadãos das respectivas nações e, por isso, condicionam as escolhas que fazem nas constantes travessias de um lado para o outro. Ou seja, observa-se que os limites impostos pelos Estados nacionais com frequência se cruzam e são invadidos por povos

6 Trinidad, Córdoba, 2024, p. 12

7 Trinidad, Córdoba, 2024, p. 17

8 Monteiro, 1995, p. 227. 2001, p. 77

9 Comès, 2024, p. 35

que lá habitam há muito mais tempo que as próprias fronteiras¹⁰, que não dizem respeito meramente à geografia. Os conflitos pela formação de cada Estado – que, como as etnicidades, são *históricos*, ou seja, formados continuamente – traziam consigo outras disputas, como pela definição da cidadania, ou seja, pela *fronteira* de quem era ou não cidadão¹¹.

Ao longo do século XIX, nas primeiras décadas de formação estatal na América do sul, isso era ainda mais intenso e crucial, como nos apresenta o artigo de Mauricio Cárdenas Palma. Intitulado *La integración mapuche al sistema electoral chileno durante el siglo XIX. Metodología y uso de las fuentes documentales*, reflete sobre o conceito cidadania e sua operacionalização pelos indígenas no Chile. As fontes trabalhadas por Palma são do final do século XIX, na culminância de um longo e tortuoso processo que podemos chamar de *cidadanização*, em que os indígenas são integrados pelos Estados nacionais a esta condição e se adequam a novas conformações jurídicas e territoriais¹². Metodologicamente, destaca-se o cruzamento de fontes arquivísticas e periódicas para identificar os eleitores Mapuche¹³. Diante disso, Palma nos mostra como é possível desenvolver metodologias de pesquisa que permitem passar do vislumbre da situação aos dados concretos da participação política indígena, que aprendeu a transitar pelas veredas desafiadoras de novos contextos.

Por isso, é certa a reflexão de João Gabriel da Silva Ascenso, com seu artigo *¿Estudiar los indígenas o estudiar con los indígenas? Consideraciones sobre una práctica científica menos colonial*. O autor reflete sobre o pensamento *decolonial*, que compreende a agência subalterna como fronteira, filha da violência colonizadora, e que demanda como alternativa um universo de multiplicidades epistemológicas¹⁴, onde

10 Silva, 2024, p. 55

11 Silva, 2024, p. 53

12 Palma, 2024, p. 69

13 Palma, 2024, p. 80

14 Ascenso, 2024, p. 110-111

convivam outras formas de racionalidade¹⁵. Com isso, em oposição à violência da unidade epistemológica – denunciada por Ailton Krenak, e que Ascenso chama de *pax colonial* –, propõe-se a multiplicidade, ainda que conflitiva: a *cosmopolítica da paz provisória*¹⁶. Ou seja, a criação de espaços e mecanismos institucionais de autodeterminação para os povos, ainda que sob o poder de um Estado nacional. Para o autor, o exercício particular da política por parte dos indígenas são formas por excelência de superação da epistemologia eurocêntrica. Por isso, devemos compreendê-los como sujeitos de conhecimento e, mais ainda, percebê-los não apenas como meros objetos de análise: ou seja, não somente estudar **os**, mas *com os* indígenas¹⁷.

As relações dos povos indígenas com os Estados nacionais não podem ser resumidas no binômio maniqueísta da submissão indefesa e da resistência aberta, a exemplo do que já nos ensinou John Monteiro. Esta reflexão é uma preocupação central no artigo *La estatización de los pueblos indígenas: una propuesta conceptual para la investigación en historia indígena contemporánea*, escrito por Andrés Felipe Pabón Lara. Por meio do conceito de *estatização*, o autor concebe o Estado não como algo dado, mas que se reformula nas relações entre os grupos sociais no território que domina continuamente¹⁸. Entretanto, ao mesmo tempo que abocanhava terras e forças de trabalho, estes Estados enfrentavam resistências das mais diversas, que também contribuíram na sua constituição. Para Pabón Lara, o *étnico* também é compreendido como um constructo sócio-histórico, um produto de relacionamentos, ainda que desiguais, como aqueles com o Estado. Disso resultaram desterritorializações e reterritorializações, bem como a configuração de novas ou renovadas etnicidades e dos próprios Estados nacionais¹⁹. São a partir das próprias condicionantes das instituições estatais que os povos indígenas reivindicam e garantem seus direitos étnicos.

15 Ascenso, 2024, p. 118

16 Ascenso, 2024, p. 120-124

17 Ascenso, 2024, p. 126-127

18 Pabón Lara, 2024, p. 157-159

19 Pabón Lara, 2024, p. 152

As reflexões propostas por Pabón Lara fornecem o gancho ideal para a terceira parte do livro, que se dedica a fontes para a história indígena em arquivos estatais. O primeiro texto deste bloco, escrito por Poliene Soares dos Santos Bicalho, apresenta possibilidades de pesquisa no Arquivo Nacional do Brasil por meio da documentação ligada aos órgãos estatais indigenistas e movimentos indígenas e aliados durante a ditadura civil-empresarial-militar e a abertura política. Em *Expedientes indígenas del Archivo Nacional (1970-1990): cómo estas fuentes pueden contribuir a la reescritura de la historia indígena en Brasil*, a autora apresenta materiais ricos que demonstram os conflitos que fundamentaram a formação do Movimento Indígena Brasileiro (MIB). Tanto ele quanto as organizações indigenistas foram objetos de vigilância e intervenção por parte do Estado autoritário²⁰. Como resultado dessas mobilizações indígenas contra a tutela e a emancipação, que corresponderia à bifurcação entre perda de direitos e proteção²¹, um farto material documental foi produzido sobre a atuação política indígena no final do século XX.

Poliene Bicalho nos ensina que a documentação governamental, ainda que produto de ações e instituições colonizadoras, também pode ser elemento imprescindível para a construção de uma história com perspectiva inversa. Esse também é o tema do artigo *Usos de los archivos oficiales como fuente para la historia indígena decolonial: Piauí y Maranhão (Brasil), siglos XVIII-XX*, de autoria de Síría Emerenciana Nepomuceno Borges. A autora enfatiza que tanto conquistadores quanto conquistados foram mutualmente afetados pelas convivências e conflitos oriundos da colonização. A compreensão do protagonismo dos povos indígenas, portanto, não pode supor uma oposição absoluta daquilo que veio do opressor, o que nos impede muitas vezes de conceber, por exemplo, a prática da leitura e da escrita por parte desses povos²². A perspectiva decolonial, como apresentada por Borges, nos ajuda a nos desfazer das expectativas de *índios puros*, nos afastar da hierarquização

20 Bicalho, 2024, p. 180

21 Bicalho, 2024, p. 187-188

22 Borges, 2024, p. 208-209. Neumann, 2015. Costa, 2024

empírica e a fazer as perguntas certas²³. Assim, ao invés de fazer desses povos um *tema ausente*, como já denunciara John Monteiro²⁴, devemos compreendê-los repletos de historicidade.

Um exemplo preciso dessa nova forma de conceber as fontes antigas e soterrar os silêncios historiográficos sobre os indígenas está no último artigo do livro, de autoria de

Anna Guiteras Mombiola, intitulado *Huellas, indicios y fuentes. Hilvanando la historia indígena de los Llanos de Mojos, siglo XIX*. Confrontando o vazio de produções sobre os indígenas desta região da Amazônia Boliviana, o que decorreria de uma suposta ausência de fontes documentais, Mombiola recorre a fundos documentais que não repousam comodamente no arquivo nacional do país. A autora priorizou fontes muitas vezes dispersas, desorganizadas ou até mal conservadas, localizadas em arquivos locais ou acervos privados e familiares. Valendo-se de recursos teóricos etnográficos e antropológicos na análise da documentação, investiga a inserção dos indígenas da região na ordem liberal oitocentista, buscando conciliar garantias constitucionais, como a cidadania, e formas tradicionais de organização social²⁵. Por meio do cruzamento e cotejamento de fontes distintas, a autora observou que antigas hierarquias indígenas foram reforçadas com o ingresso desses povos na lógica liberal²⁶. Todavia, no final do século, se assistiu a uma precarização generalizada de sua cidadania por conta da economia de mercado e de sua crescente demanda por mão de obra²⁷.

O encerramento do artigo de Mombiola, a última frase do livro, não poderia ser mais preciso: “aún queda mucho por escarbar”²⁸. De fato, o caminho para fazer com que os povos indígenas deixem a condição de *tema ausente* ainda é árduo para alguns campos historiográficos,

23 Borges, 2024, p. 222-227

24 Monteiro, 2021.

25 Mombiola, 2024, p. 237

26 Mombiola, 2024, p. 244-245

27 Mombiola, 2024, p. 250-252

28 Mombiola, 2024, p. 253

especialmente no Brasil. Felizmente, a *Nova* (ou, nem tão nova) História Indígena se consolida, cria pontes no país e fora dele, e difunde novas visões sobre o passado de inúmeras regiões do Brasil. Fortalece-se a certeza de que esses povos não podem mais ser ignorados, e contribuições tão importantes como a de *Entre miradas y silêncios* são imprescindíveis para este processo. Há muito ainda o que descobrir nos arquivos e na oralidade das pessoas e comunidades, promovendo o desenvolvimento de novas metodologias, diante de movimentos indígenas contemporâneos que não cansam de impelir a nós, academia, a percebermos sua presença ativa na contemporaneidade e no passado. Cada vez mais, não apenas nos batem à porta: escancaram-na, tomam assento e também escrevem suas próprias histórias.

Bibliografia

- COSTA, João Paulo Peixoto. Em defesa do Brasil: independência, política indígena e a Câmara Municipal de Vila Viçosa (CE). *Clio*, v. 42, pp. 1-24, 2024.
- MONTEIRO, John Manuel. Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo. Tese (Concurso de Livre-docência), 2001.
- MONTEIRO, John Manuel. O desafio da história indígena no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da. GRUPIONI, Luís Donizete Beni. A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.
- NEUMANN, Eduardo. Letra de índios: cultura escrita, comunicação e memória indígena nas Reduções do Paraguai. São Bernardo do Campo: Nhanduti, 2015.

Recebido em: 19/07/2025 - Aprovado em: 23/09/2025

Editoras responsáveis

Kelly Eleutério Machado Oliveira
Pérola Maria Goldfeder Borges de Castro